

# REVISTA FAEB



BNC *Formação*:  
Licenciaturas em *Artes*

Nº 4 - ANO 5 - SET/OUT de 2023.

# REVISTA FAEB

Nº 4- ANO 5/ SET/OUT de 2023

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DE ARTE/EDUCADORES DO BRASIL

## COMISSÃO EDITORIAL

**JULIANO CASIMIRO DE C. SAMPAIO  
SIDINEY PETERSON F. DE LIMA  
REJANE RECKZIEGEL LEDUR  
ADRIANA DOS REIS MARTINS  
NÉLIA LÚCIA FONSECA  
FRANCIONE OLIVEIRA CARVALHO  
AMANDA DINIZ GONÇALVES**

## PROJETO EDITORIAL/ REVISÃO

**SIDINEY PETERSON F. DE LIMA  
NÉLIA LÚCIA FONSECA  
AMANDA DINIZ GONÇALVES**



**IMAGEM DE CAPA**  
Cenas de amor não tão românticas, espetáculo do grupo CONAC (UFT), sob direção de Juliano Casimiro

**ae**

# ÍNDICE



**Editorial - 04**

**Ensaio Visual - 06**

**Entrevistas - 13**

**Com açúcar e com  
afeto: uma carta para  
Celinha - 32**

**O que estou  
lendo? - 44**

**Homenagem para  
Teca de Alencar - 48**

**Informes - 52**

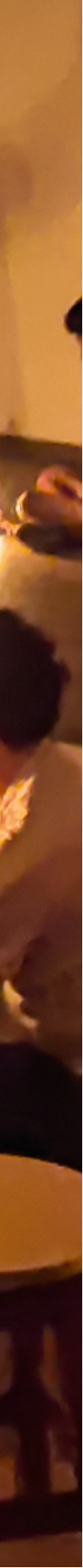
# Editorial

por Adriana dos Reis Martins



Caros leitores(as)

É com muita satisfação que a Federação de Arte/Educadores do Brasil (FAEB) publica mais um exemplar da sua revista. A presente edição, intitulada **BNC Formação: Licenciaturas em Artes** apresenta como imagem inicial uma cena do espetáculo “Cenas de amor não tão românticas”, dirigido por Juliano Casimiro, do grupo CONAC (UFT). No ensaio, Juliano Casimiro nos apresenta imagens do espetáculo que foi encenado no teatro do SESC/TO, produzido por estudantes do Curso de Licenciatura em Teatro da UFT. São imagens lindas que nos deixam com o desejo de assistir ao espetáculo.



Nesta edição, a Diretora de Relações Institucionais da FAEB, Rejane Reckzigel Ledur, entrevistou três docentes, Carolina Romano de Andrade, Carmen Lúcia Capra e Thaíse Nardim. Essas docentes nos convidam a refletir sobre os possíveis rumos que as Licenciaturas em Artes podem tomar com a BNC Formação. A pergunta “qual é o impacto da BNC Formação para a formação em Artes no Brasil?” é o que todos e todas nós devemos nos perguntar e ficar atentas(os) para as políticas públicas que surgirão pela frente. Em seguida a revista nos apresenta o texto “De memórias, afetos e lutas faebianas: uma carta de amor para Celinha”. Trata-se de um texto escrito a seis mãos: Leda Guimarães, Arão N. Paranaguá de Santana e José Mauro Barbosa Ribeiro. O texto apresenta dados históricos do ensino da Arte que se cruzam com a vida de Celinha. São memórias que nos despertam o afeto e gratidão pelo movimento de Arte/Educação desenvolvido por essas(es) arte/educadoras(es) e artistas.

Em seguida, na parte de “O que estou lendo?”, Juliana Monteiro de Souza Dias nos apresenta a obra “Conhecimentos em disputa na Base Nacional Comum Curricular” de Fabiany de Cássia Tavares, Constantina Xavier Filha (Orgs.). A apresentação dessa obra é uma boa sugestão de leitura para compreendermos o movimento da implantação da BNCC. Em seguida é apresentada uma homenagem a educadora musical Teca de Alencar, que tanto contribuiu para o ensino de música. Uma bonita homenagem feita por Lígia Ferreira Gomes. Encerramos esta edição com os informes da FAEB. Desejo uma boa leitura!

# Ensaio visual

por Juliano Casimiro



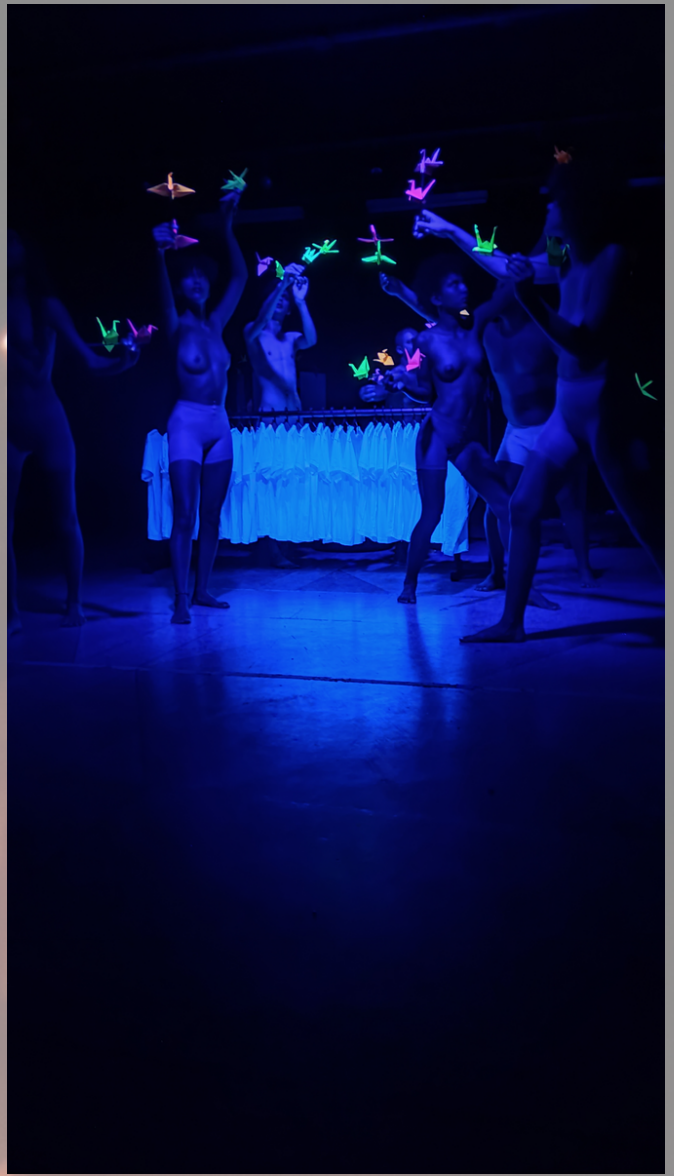
Cenas de amor não tão românticas, espetáculo do grupo CONAC (UFT), sob direção de Juliano Casimiro, destitui o amor de sua imagem popular de bem e de bom. No espetáculo se aborda o amor dando forma para aquilo que dele resulta como dor, como sofrimento, até mesmo como morte. Problematiza-se o fato de muitos atos violentos serem efetivados na sociedade atual valendo-se de discursos sobre o amor. Não raro ouvimos alguém dizer: tudo o que fiz foi por amor. É como se, em nome do amor por alguém, por algo, por uma divindade, ações cruéis, nefastas, perversas, se justificassem. Em termos de configuração cênica, duas máximas estruturam o espetáculo: "a paixão é uma chama" e "amar é despir-se diante da outra pessoa". A dramaturgia do espetáculo foi construída a partir de trechos de textos de duas obras: Fragmentos de um discurso amoroso, de Roland Barthes, e Cadernos de Viagens, de Lucas Carvalho Rôla Santos. De caráter intimista, a encenação traz o público para perto da cena, iluminada por luz proveniente das chamas que queimam num coração de velas. O figurino se compõe ao mesmo tempo como ação e como objeto cênico. Atores/atrizes manipulam os elementos da estética de dentro da própria cena e durante o espetáculo sendo responsáveis em ato pela sonoplastia, figurino, iluminação e cenografia.













# Cenas de amor não tão românticas

## Elenco

Amanda Diniz  
Bruna Lima  
Carlos Saboia  
Damarys Ferraz  
Diego Santos  
Estefhanny Rodrigues  
Frota Yago  
Juliano Casimiro  
Marcial Asevedo  
Maria Felício  
Mirian Gomes  
Thais Torres  
Tiago Wender

## Encenação

Juliano Casimiro

## Sonoplastia

Diego Santos  
Heitor Oliveira  
Juliano Casimiro

Operador de Som  
Talmo Lacerda

Operador de Luz  
Arthur Paião

## Cenotecnia

Bruna Lima  
Damarys Ferraz  
Diego Santos  
Fernanda Rodrigues  
Frota Yago



# Entrevistas

## BNC Formação

por Carolina Romano de Andrade, Carmen  
Lúcia Capra e Thaíse L. Nardim

As entrevistas foram realizadas pela Diretora de  
Relações Institucionais da FAEB, Rejane Reckzigel  
Ledur.

# Entrevista BNC Formação

por Carolina Romano de Andrade



Artista da dança, pesquisadora e educadora, trabalha com dança e educação com experiência de formação de professores para a dança. Bacharel, Licenciada em Dança e Mestre em Artes pela UNICAMP. Doutora em Artes, pela Unesp-SP. Realizou dois pós-doutorados em Artes na UNESP e na UFRN, na área de arte/educação/dança. Atua como professora colaboradora do Mestrado Profissional em Artes, no Instituto de Artes-Unesp/SP. Ministrou diversos cursos de formação de professores na rede de ensino, para artistas e arte educadores. É autora de livros sobre dança, educação e infância. Além disso, possui diversos capítulos de livros, artigos científicos, sobre dança e educação e é autora de livros didáticos.

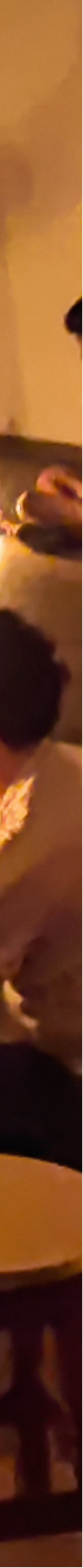
Qual é o impacto da BNC Formação para a formação em Artes no Brasil?

Estamos em um momento de suspensão. O Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu uma nota de esclarecimento sobre a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). De acordo com o comunicado, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 foi alterada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 30 de agosto de 2022, estendendo o prazo para a implementação das normas até dezembro de 2023.

Essa extensão de prazo foi motivada por questões levantadas por várias Instituições de Educação Superior (IES), tanto públicas quanto privadas, durante debates e encontros nos últimos meses. Além disso, o comunicado menciona que o CNE está trabalhando em propostas de alterações na Resolução CNE/CP nº 2/2019, em resposta às preocupações das IES públicas e privadas.

Essas propostas serão submetidas a consultas e debates antes de serem finalizadas. Isso ocorreu porque o CNE tinha a intenção de modificar o processo de formação de professores e estruturá-lo com base em competências e habilidades da BNCC. Fato que suscita preocupações significativas para a educação em geral, uma vez que a ideia é modificar completamente os currículos dos cursos de licenciatura das universidades, buscando uma espécie de padronização.

Mas, e no campo das artes?



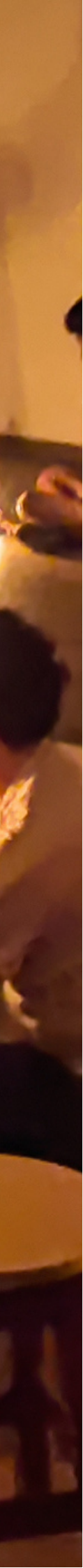
Uma das principais preocupações é que uma padronização curricular nacional possa restringir a liberdade das universidades de construir seus currículos baseados em caminhos teóricos/metodológicos pautados na diversidade e nas identidades artísticas regionais de cada local. Além disso, pode reforçar o que já está legitimado nas Artes, restringindo espaço de pesquisa e ampliação de novas epistemologias. Isso, por sua vez, pode impactar negativamente o que é ensinado na escola, reduzindo a autonomia do professor, a ênfase na criatividade, experimentação artística e expressão individual ao se concentrar em uma formação estritamente alinhada com os parâmetros da BNCC.

Qual é a implicação/contribuição específica da BNC-Formação na sua área específica de atuação, Dança?

A BNC-Formação, conforme estabelecido na resolução de 2019, vincula a formação de licenciados à BNCC, o que suscita preocupações significativas na área da Dança.

A Arte perdeu espaço na BNCC, deixou de ser uma área de conhecimento independente com quatro linguagens artísticas (dança, teatro, música e artes visuais), como tínhamos nos PCNs, e passou a fazer parte da área de linguagens, junto com Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Educação Física. As linguagens artísticas se tornaram unidades temáticas, o que potencialmente resulta em uma redução do espaço para a Arte e para a Dança no currículo escolar.





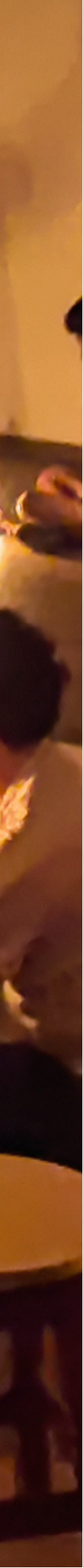
A dança não é uma realidade presente em todas as escolas, e o que se ensina e o que se aprende em Dança ainda não é claro para todos os professores de Artes. É relevante notar que a inserção da dança com licenciados na área é relativamente recente na educação básica. Somente após o programa Reuni, em 2007, é que ocorreu uma expansão dos cursos de Licenciatura em Dança. Por consequência, o número de licenciados em Dança atuando na educação básica ainda é limitado.

Além disso, uma formação inicial (licenciatura) pautada na BNCC é reducionista para a área, levando em consideração que este documento apresenta apenas doze habilidades de Dança nos anos finais e iniciais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio não há habilidades específicas a serem trabalhadas que mencionem a Dança.

Essas limitações podem ter implicações significativas na distribuição de carga horária e na forma como a Dança é ensinada e valorizada nas escolas.

Outro ponto relevante é que a BNC-Formação pode impactar significativamente a formação de professores de Dança ao dar ênfase excessiva à formação em competências e habilidades, deixando pouco espaço para a valorização da complexidade do conhecimento em Dança. Isso pode resultar em uma formação mais centrada na aplicação de modelos, técnicas prontas e/ou coreografias, em detrimento da compreensão profunda da história, da cultura, do conhecimento sensível e das dimensões artísticas da Dança.

Nesse ponto, a luta continua na distribuição das horas, na elaboração de conteúdos, nas escolhas do que de fato ocorre na sala de aula, levando em consideração os conhecimentos em Dança socialmente construídos pela humanidade, incluindo as culturas afro-diaspóricas e ameríndias.



Não como uma ilustração ou complementação de um conteúdo, mas sim como operam a construção de saberes em dança, epistemes nessas culturas.

Portanto, a colaboração entre educadores, especialistas em Dança e formuladores de políticas educacionais é essencial para assegurar que a Dança continue a desempenhar um papel relevante na formação dos estudantes.

Para finalizar, gostaria de enfatizar que todos precisamos estar atentos ao que será aprovado com as mudanças dessa resolução. Da maneira que foi apontada em 2019, ela modificará completamente o sistema educacional, começando com uma mudança significativa nos currículos das licenciaturas, alterando o perfil do egresso e, conseqüentemente, como este atuará na escola.

# Entrevista BNC Formação

por Carmen Lúcia Capra

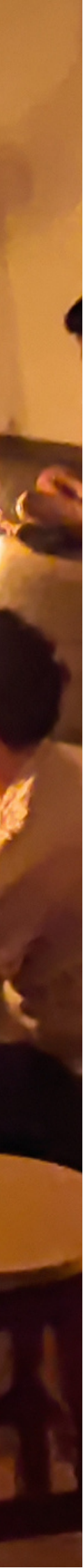


Licenciada em Educação Artística pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), mestra e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) na Graduação em Artes Visuais e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). Lidera o Grupo de Pesquisa Flume (Uergs/CNPq) e se dedica à pesquisa sobre educação e artes visuais (formação docente, ensino, escola, políticas da arte, práticas pedagógicas antirracistas) e práticas artísticas insurgentes, limítrofes ou contra hegemônicas.

Qual é o impacto da BNC Formação para a formação em Artes no Brasil?

Para quem atua em pesquisa e formação docente (em artes visuais) e que tem uma vida como professora em escolas, o impacto da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica é de perplexidade. É como se a formação de docentes se desse a partir de um depósito cheio de mercadorias. Ensinaríamos que licenciandas e licenciandos nas artes soubessem escolher quais os melhores produtos para usarem com sucesso em escolas, contribuindo ao progresso da nação. Penso com esta caricatura, porque a BNC-Formação tem um tipo de funcionamento diretivo, que tem um fundo verificatório, cuja proposição principal é do tipo causa e consequência, resumindo a realidade do nosso país diverso, complexo e desigual e a educação que lhe seria condizente.

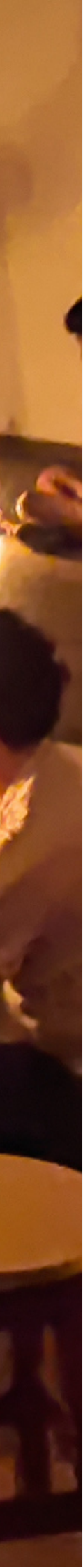
O documento é desinteressado do que compõe o cotidiano de escolas de educação básica, onde ardem os problemas sociais, econômicos e étnico-raciais históricos e onde se aprofunda a precarização do trabalho docente. Interessa-se, contudo, na condução da formação docente por um viés empresarial, enquanto precisamos formar professoras e professores para atuarem em escolas que reúnem e protegem a potência das juventudes. A BNC-Formação e os demais documentos desse pacote omitem-se disso, porém quem forma as próximas pessoas que lecionarão as artes nas escolas, espera respaldo e implicação da lei para atuarmos nas licenciaturas em artes proporcionando conhecimento, criação e dignidade necessariamente implicadas à produção de uma vida melhor por meio da educação escolar.



O documento opta por distribuir responsabilidades em um sistema de autovigilância e de competição, atendendo otimamente ao sistema de avaliação que fecha o ciclo do exame das licenciaturas, pois os cursos de formação de docentes será avaliado se está ou não cumprindo as metas que lhes foram atribuídas, e nesse tom, antieducativo. Estabelecer que “eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade” como uma das competências gerais para as licenciaturas em artes visuais, dança, música e teatro, demonstra total ignorância da substância das artes. Ora, em lugar de responder ao que está posto, as artes propiciam ao mundo o que vem a ser porque foi criado, não o que é conduzido por fins decididos externamente, por poucos, para projetos de vida individuais. Eficácia e alinhamento são o completo oposto das artes e do viver múltiplo e coletivo, para dizer o mínimo.

Não penso tratar-se de ignorância o que conduziu o documento, mas de uma tentativa programada de eliminação da criação propiciada pelas artes das agendas da educação universitária e escolar, à revelia da maior parte da sociedade, por que há muito medo de que o que mantém uma violenta hierarquia social sofra alterações pelas próximas gerações.

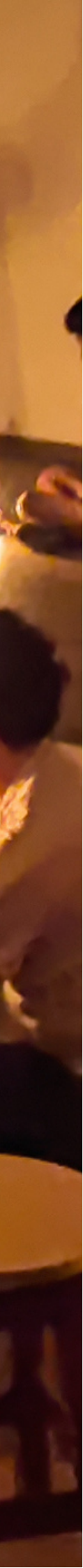
Qual é a implicação/contribuição específica da BNC Formação na sua área específica de atuação (Artes Visuais/Teatro/Dança)?



A BNC assume uma posição que aumentará a precarização no trabalho em educação, ao abrir espaço para a formação pedagógica para graduados não licenciados, perigosamente reacendendo a fórmula 3 + 1 (três partes de formação específica e uma de formação em educação para o exercício como docente). Esta pílula, para as artes, é uma mercadoria ótima para entidades universitárias que têm interesse puramente comercial, até porque as artes visuais podem ser usadas como aval estilístico no empresariamento de si de um sujeito livre e neoliberalizado.

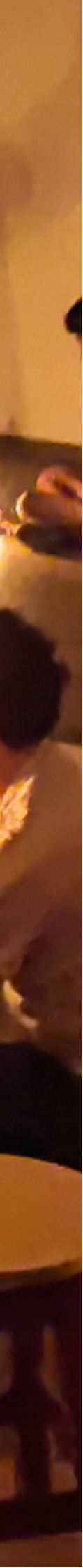
Em segundo lugar, o modelo dos anos 1930, que é questionado faz muito tempo, proporcionará formação pedagógica a bacharéis e tecnólogos, indo contra a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente à qual a própria BNC-Formação se empenha. Reitera a especialização da área específica em detrimento de uma formação que deve dar-se para o cumprimento do direito à Educação Básica e à obrigatoriedade do ensino das artes, nela. Este tipo de complemento atende novamente à hierarquização do campo artístico em relação à educação em cada uma das artes, esta tomada como um mero complemento.

Para tratar de itens mais diretamente associados às visualidades, a BNC-Formação toma como ponto de partida os “conhecimentos historicamente construídos para ensinar a realidade”. Ora, realidade e história, em relação às artes visuais, são distintas e contraditórias. Nesta, as artes visuais tradicionalmente são tomadas como objeto. São escolhidas obras, períodos e vidas para serem narrados pela história das artes visuais, atendendo às escolhas de quem tem poder (posse e permissão) para fazê-lo.



O viés biográfico que fundou a história da arte, por exemplo, é masculino, europeu e de gênios originais que produziram objetos apreciáveis. Isto, se mais uma vez for tomado como parâmetro, leva à desqualificação de artes produzidas em outras epistemologias, como as indígenas, e ao descrédito das culturas juvenis que os próprios licenciandos produzem. Há um alerta: existe o risco de condução estética e imaginativa de docentes por uma narrativa simplificadora e utilitarista do que nunca será simples. Se formarmos professoras e professores de artes visuais para “ensinar a realidade” dessa maneira, além de estranhar essa expressão, haveremos de eliminar as inúmeras visualidades que compõem as vidas, as culturas visuais e as artes da imagem que por natureza excedem toda e qualquer forma de síntese. Vai por terra, assim, o que determina o final do primeiro item das competências gerais docentes: a contribuição para “a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva”. A não ser que essa parte da habilidade seja retórica.

Não irei muito adiante, já que cada uma das competências gerais tem uma construção problemática, porém todas reafirmam a imagem de um depósito com mercadorias, neste caso artísticas e culturais, daqui e do mundo, que seriam valorizadas e incentivadas. Parece uma tarefa de animação cultural perversa: proporcionar “a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural”, o que é exatamente o que impede a implicação com o mundo, pois “participante” é quem escolhe participar ou não, na sua medida e à sua vontade, assim como faz quem consome ou quem se serve do mundo.



Marina Garcéz, no livro *Un Mundo Común* (2013), avalia que a esfera cultural oferece, de maneira enganosa e sutil, um mapa de opções consumíveis que nos alheiam dos outros e do viver coletivo. As artes visuais, que a todo instante rompem com o que tenta lhes moldar, porém, podem criar posições implicadas com o mundo pelas artes, rompendo com o poder anestésico e imunizador expresso em valores como autonomia, responsabilidade, flexibilidade e resiliência que, na forma como foram colocados pelo documento, isolam cada um em si mesmo para o privilégio do sistema.



# Entrevista BNC Formação

por Thaíse L. Nardim

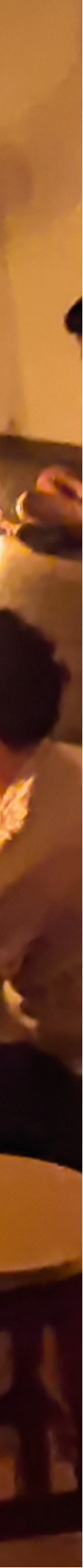


Doutora em Artes da Cena na área de formação do intérprete, Mestre em Artes/Teatro e Bacharel em Artes Cênicas, sempre pela UNICAMP. Especialista em Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas pela UnB. Conclui pós-doutorado em Educação, na área de Política e Gestão Educacional, na UFT, pesquisando impacto das políticas de regulação por resultados no ensino das artes em redes municipais de ensino. Professora no curso de Licenciatura em Teatro, na área de práticas pedagógicas. Integra o Banco de Avaliadores (BASis) do SINAES. Atua como artista da performance.

Qual é o impacto da BNC Formação para a formação em Artes no Brasil?

Escrevo considerando a Resolução CNE/CP 02/2019, e não as propostas de sua revisão que estão sendo ventiladas pelo comitê que estuda sua reconfiguração - coletivo montado no atual governo e que ainda não formalizou suas proposições em norma. Entendo que o impacto que a BNC Formação tem na formação em artes no Brasil deve ser avaliado a partir da análise das motivações que o ensejam, dos interesses que, articulados em forma de texto legal, resultam na forma BNC Formação. É preciso ler texto e contexto de modo articulado, pensando no todo da educação nacional - conjuntura em que a formação em artes está inserida.

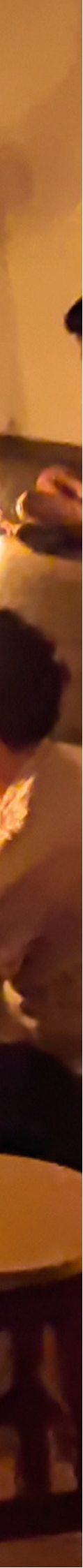
Tendo realizado tais análises ao longo dos últimos anos, vejo que essas motivações têm uma orientação político-ideológica de caráter liberal - que quer reduzir o papel do Estado na vida coletiva. No âmbito da educação brasileira, essa orientação é promovida por um grande conjunto de entidades do terceiro setor, entes de direito privado financiados por grandes corporações. Esses grupos que têm nessas organizações uma ferramenta para incidir politicamente na educação por meio de um *lobby* que se disfarça em boas intenções. Sabe aqueles "institutos" ou "movimentos" que levam nomes de bancos ou de pessoas que são donas de bancos? Então, essas entidades.



Falando assim, posso ter soado “muito revolucionária” às pessoas leitoras desse texto. Tem muita gente que está cansada de ouvir um discurso como esse que apresento. Acreditem, também estamos cansados de falar. Há quem acredite nas boas intenções da iniciativa privada na promoção de melhorias na educação (que ela mesma trabalhou para sucatear). Se for esse o seu caso, quero pedir de coração que me dê o benefício da dúvida, que me ofereça gentilmente sua confiança, e me acompanhe nessa reflexão, porque ela é fruto de uma pesquisa consistente, aprofundada e responsável.

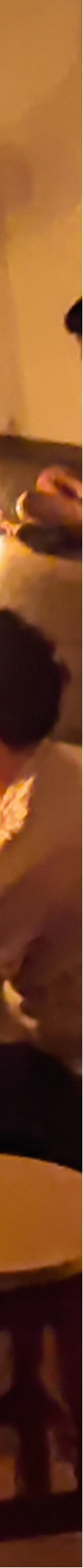
O ideário veiculado por esses grupos está fundado em um objetivo principal: a progressiva desresponsabilização, por parte do Estado, dos cuidados com a educação, de modo que ela possa ser operada por atores privados, entes do mercado, que então poderiam incidir diretamente nas ações a partir de seus próprios interesses. Quanto menos o Estado manejar dinheiro para operar a educação, mais esse dinheiro fica circulando ali no mercado mesmo. E quanto menos influência normativa o Estado têm, mais liberdade qualquer ente não estatal terá de manejar a formação do futuro do país com fundamento em seus próprios valores, que podem não ser democráticos ou não primar pelo fim das desigualdades e da opressão.

E o que isso significa, na prática? Bem, vemos aí na BNC Formação um exemplo cristalino, do qual destaco duas características: 1) o professor cada vez menos entendido como um intelectual, mas sim como um repetidor de métodos “que funcionam” e, assim, cada vez menos autônomo, cada vez mais substituível por máquinas que reproduzem, todas, os mesmos valores sobre a vida em comunidade que foram programadas para veicular (por quem?); 2) o esvaziamento dos conteúdos dos currículos;



com documentos curriculares focados mais em metodologias que na garantia de conhecimento, preocupados com competências que são mensuradas mais quanto à sua forma que ao seu conteúdo. Em suma, na prática isso significa a precarização da formação docente e, conseqüentemente, das crianças e jovens, da sociedade. Ambas características colaboram para a manutenção e mesmo amplificação da desigualdade, já que as garantias legais para a escola pública tratam sempre de reproduzir modelos, e nunca de promover a autonomia necessária para a invenção de mundos melhores. E enquanto isso, a escola privada enche seus currículos com o que realmente importa.

Acontece que esse ideário não emplacou apenas a BNC-Formação. Ele está, já hoje, todo entretecido no conjunto normativo que rege a educação no nosso país. As poucas coisas que ele ainda não conseguiu dominar são aquelas que estão rigorosamente protegidas pela Constituição Federal. A BNCC é uma vitória desse campo. O Novo Ensino Médio também. Diretrizes para o Ensino Híbrido na Educação Básica e no Ensino Superior. Diretrizes para o aproveitamento de competências no Ensino Superior. A estrutura acadêmica da UniDF, criada para servir como laboratório da precarização da universidade pública. Todas essas normas, que você pode acompanhar diretamente no site do Conselho Nacional de Educação, atuam no sentido de precarização da educação pública e diminuição do papel do Estado na educação e, com isso, confrontam a formação de uma sociedade plural, efetivamente democrática, que persegue o fim das desigualdades, que é inclusiva e acessível e tem valores solidários.



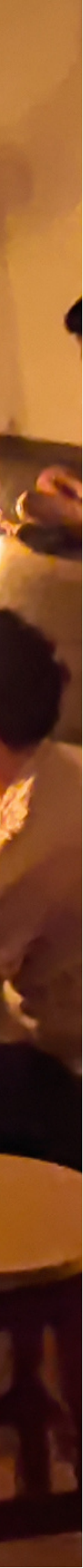
Tendo isso em vista, investir numa luta específica contra um ou outro documento da legislação educacional é algo de valor, certamente, mas não é suficiente. Hoje, um professor de licenciatura pode fechar a porta da sala de aula e, lá dentro, ignorar totalmente a BNC Formação. Medidas voluntaristas como essa são importantes. Porém, não sabemos até quando elas serão possíveis, pois o cerco está se fechando - estamos cercados por investidas em diferentes frentes - gestão, política, currículo - que tendem a nos deixar sem saída. Frente a isso, a urgência é a organização coletiva, seja em sindicatos (organismos também combatidos pelos liberais), movimentos sociais, coletivos ou mesmo em partidos políticos.

Por fim, creio que o impacto na formação de professores das linguagens artísticas e no próprio desenvolvimento das artes em nosso país já se faz explícito, mesmo que eu não o tenha abordado diretamente: dado que esses valores confrontam diretamente os valores que são fundantes das práticas artísticas e que norteiam nossa atuação como formadores de formadores em artes - pluralidade, diversidade, auto cultivo, autonomia, fim da desigualdade e da opressão etc.-, a forma BNC Formação torna nosso trabalho meramente decorativo, quando não o inviabiliza.

Qual é a implicação/contribuição específica da BNC Formação na sua área específica de atuação (Artes Visuais/Teatro/Dança)?

O teatro, hoje, já nada contra todas as correntes. Pensando a partir do teatro ocidental de influência europeia, que é a manifestação performática que fundamenta nosso currículos, ele é uma arte de produção cara; demanda sempre muito tempo para elaboração; demanda que os espectadores saiam de suas casas (tendo pouco tempo), se desloquem (com trânsito e passagens caras, pagando estacionamento) até o edifício teatral (edificação bastante específica, indisponível na maior parte dos municípios), e permaneçam atentos ao espetáculo por um tempo mais longo do que aquele para o qual nossa atenção está disponível hoje, após ser moldada pelas telas. O teatro não é pensado para ser registrado e reproduzido por meios que o levariam às grandes massas, logo, sua comercialização é, geralmente, limitada. Além disso, uma aula de teatro é um ambiente para errar, não para usar um “método verificado” que “funcione”. O que mais importa em uma aula de teatro são atitudes e valores incomensuráveis (embora não se possa negar que certas atitudes, habilidades e competências podem, sim, ser medidas). Importa à aula de teatro o desenvolvimento da autonomia e da crítica. Da sensibilidade e da sensoriedade. De uma relação boa e tranquila com o corpo.

Nada do que realmente importa ao teatro e às suas pedagogias atende aos interesses que subzajem à BNC Formação e seus documentos parceiros.



Com isso, frente à BNC Formação e à BNCC para a qual ela forma, é muito fácil justificar a baixa frequência de aulas de teatro na escola ou mesmo sua exclusão total da BNCC. Mas, intuo, é possível que o teatro permaneça indicado como Unidade Temática, uma vez que se faz necessário aos grupos dominantes manter o verniz de civilidade (não sabemos até quando). Nessas condições, provavelmente o teatro seguirá com sua carga horária reduzidíssima e destituído daquilo que dá a ele significado. O ensino de teatro na escola será tornado cada vez mais em produção do que chamamos informalmente de “pecinhas”, produções ligeiras, sem tempo para que se desenvolva um efetivo processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo apenas mostrar a pais e comunidade o quanto a escola teria a ludicidade como um valor. Seu estilo será o mais midiático possível – porque é o estilo que os estudantes já chegam sabendo e o que as famílias reconhecem como bom e esperam ver. E, possivelmente, essas pecinhas servirão como veículo de temas próprios a outros componentes curriculares – estes sim, entendidos como relevantes. O cenário seria, portanto, de retorno àquilo que temos trabalhado para combater, que então estará amparado em leis e normas.

Outros dois pontos, para finalizar: o teatro – agora tomado no sentido expandido, incorporando manifestações que não apenas a cena ocidental - demanda dos artistas e dos espectadores os elementos que a cultura hiper produtivista mais quer dominar a qualquer custo: seu tempo e sua atenção. E demanda da escola algo que está sendo progressivamente retirado dela pelo ideário liberal gerencialista, que quer baratear a todo custo o ensino: sua condição de oferecer um espaço-tempo reservado para a experimentação da vida em comum. Sendo assim, não há compatibilidade possível entre o ensino de teatro qualificado e o combo legislativo em que se inclui a BNC Formação.

# Com açúcar e com afeto uma carta para Celinha.

por Leda Guimarães, Arão N. Paranaguá de  
Santana e José Mauro Barbosa Ribeiro



Celinha





Congresso Internacional de Ensino/Aprendizagem das Artes na América Latina SESC Vila Mariana, São Paulo - 2019. , Da esquerda para direita: Isabel Marques, Fábio Rodrigues, Celinha, Ana del Tabor, Ana Mae Barbosa, Fabiana Vidal, Vitória Amaral e Daniela Zanelatto. Foto concedida por Ana del Tabor.

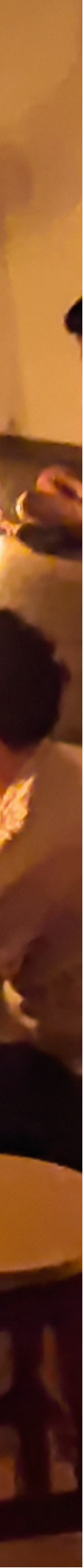


Da esquerda para a direita: (sentadas) Luzirene do Rego Leite, Leda Guimarães e José Mauro. (em pé) Celinha, Vitória Amaral.

*Este texto é escrito a seis mãos, ou melhor, escrito por três corações faebianos, ligados a história da Federação de Arte Educadores do Brasil, tendo sido todos três, assumido a presidência quando as circunstâncias os convocaram. Arão, Leda e Zé Mauro, nordestinos, piauienses, que tem a sorte do convívio Celinha, em diferentes situações de vida. Assim, o texto é alinhavado, entremeado com dados históricos, memórias afetivas, e acima de tudo, com sentimento de gratidão a essa mulher/artista/professora reconhecida como o anjo da FAEB.*

Quando dei por mim...estava na FAEB, e fazer parte de um coletivo, tinha nomes, corpos concretos entremeados por relações de amizades que se iam se construindo. A costura coletiva tinha um rosto, o de uma professora risonha, que a tudo e a todos atendia, naqueles princípios, não consegui fazer distinção entre conhecer a FAEB e conhecer Celinha. Desde sempre, a imagem afetiva de pertencer a uma associação de professores de artes, esteve ligada a Celinha, residente em Brasília, presente em todos os eventos Confaeb, dando um apoio estrutural organizando documentos e ficando a cargo da inscrição das chapas candidatas a diretoria.

Mas antes de ser FAEB, é importante situarmos Celinha no seu contexto, mineira de Brazópolis, brasiliense desde 1967, moradora junto com seu marido, o artista Darlan Rosa, das históricas quadras 700 do Plano original de Lucio Costa, blocos de casas planejadas em espaços a serem ocupados por floriculturas, hortas e árvores frutíferas. Apesar das mudanças e desmontes, Celinha é uma moradora que luta pela preservação desses espaços verdes para crianças continuarem brincando. Isso diz muito de jeito Celinha de ser, como ser humano que resulta na sua luta pela arte educação desde a década de 1970.



Maria Célia Fernandes Rosa, a Celinha, é um exemplo especialíssimo de pessoa vocacionada para o magistério em artes, conforme atesta a sua própria história, descrita apressadamente no presente artigo.

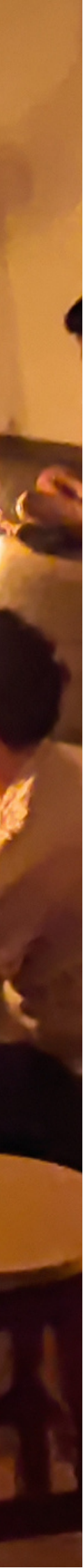
Celinha fez o Curso Normal na cidade onde nasceu, Brasópolis (MG), em 1966. No ano seguinte migrou para Brasília, pois, estava escrito, em algum lugar dos seus sonhos, que iria encontrar-se com o promissor artista multimídia, Darlan Rosa, casar-se com ele e ter quatro filhos: Paula, Cristina, Sara e Davi.

Naquela época, a vida dura de quem iniciava a vida profissional na nova capital trazia muitas oportunidades e ela não as perdeu. Formou-se em Letras Licenciatura, no Centro de Ensino Universitário de Brasília, atual UNICEUB, em 1972, ao tempo em que fazia cursos de complementação curricular voltados para os temas de arte e cultura.

Ingressou na rede pública de ensino mediante concurso da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal / FEDF, tornando-se então, professora das séries iniciais durante período em que cursava a faculdade.

Como uma flor no esteio da vida, seu testemunho exala um protagonismo singular, sobressaindo-se uma preocupação constante pelas questões humanitárias relacionadas à cidadania, formação cultural e arte/educação.

Mesmo que não soubesse disso, o exercício da docência junto às turmas de crianças sob sua responsabilidade aparecia, aos olhos vistos, dos pais, das colegas e da direção da escola, juntando a escrita e as contas aos desenhos, jograis e poesias.



Até que se deu a virada de chave. Impulsionada pela reforma da educação básica, promulgada pelo governo militar (Lei 5.692/1971), fez-se a necessidade de improvisar professores para a nova atividade, Educação Artística, haja vista a inexistência de pessoal para suprir essa lacuna.

A título de contextualização, vale ressaltar a configuração educacional e cultural brasileira no período anterior, e imediatamente posterior à inauguração de Brasília, de maneira a tornar claro o terreno em que a Celinha passou a atuar, a partir de 1972.

Pois bem: em fins da primeira década do séc. XX estava em formação um movimento dos educadores e artistas pela renovação do ensino, o que teve repercussões evidentes em outros campos da cultura nacional.

Por iniciativa de Augusto Rodrigues, Noêmia Varela e várias outras mulheres e homens pertencentes à fina intelectualidade nacional, foi criada a Escolinha de Arte do Brasil, em 1948, um espaço que passou a funcionar como uma “espécie de ateliê onde as crianças podiam desenhar e pintar livremente, o que refletia o clima de reafirmação expressionista que dominava o pós-guerra” (Barbosa, 1984, p. 14).

Tendo sede em Recife, Rio de Janeiro e Porto Alegre, as propostas da Escolinha tomaram corpo e influenciaram as práticas pedagógicas da educação formal de muitas escolas brasileiras, chegando a influenciar, até mesmo, alguns países da América do Sul, como Argentina, Paraguai e Chile.

Quando se processava as discussões sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Escolinha foi tida como uma das mais significativas referências para as noções do aprendizado das artes.

Promulgada essa lei, em 1961, o exercício do magistério passou a contemplar as práticas artísticas da Escolinha, o que, certamente, colaborou para a expansão dos cursos superiores então existentes, de belas artes, música e teatro.

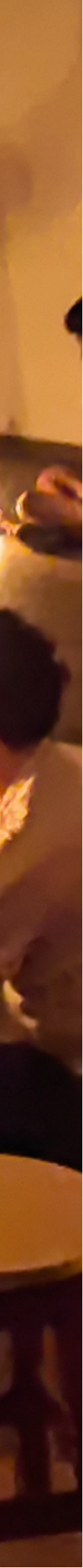
Pode-se dizer que existiam experiências modelares no ensino de artes na Brasília dos anos 1960, sobressaindo-se a Escola Normal / ENB, constituída para ser um centro de experimentações pedagógicas em diversas áreas, sobretudo no campo pioneiro da educação estética.

A ENB tinha como missão a preparação de professoras e professores para a pré-escola (jardim de infância) e séries iniciais, reunindo, em seu corpo docente, profissionais do naipe de Ailema Bianchetti, Mirinha, Lydia Garcia, dentre outras.

Por volta dessa época Celinha atuava como professora de alfabetização e de língua portuguesa numa escola classe (sic) da FEDF, e se destacava pelo profissionalismo e capacidade de interagir com as crianças por meio das artes.

Foi esse perfil que a levou a integrar um grupo de professores que foi capacitado para atuar nos primórdios da Educação Artística, passando a atuar, logo a seguir, na área de artes cênicas da ENB, na qual realizou um trabalho de vultoso mérito, conforme atesta o seguinte depoimento:

*Eu a conheci em 1980, quando atuava em parceria com ela em turmas de séries iniciais, numa mesma sala de aula. Eu era recém-formado, tinha pouca experiência no magistério, então a ENB tornou-se um lugar e um tempo de boa aprendizagem, na companhia da Celinha e da Lydia Garcia (professora de música), que vieram a ser minhas amigas da vida inteira (Depoimento de Arão Paranaguá, 22 de setembro de 2023).*



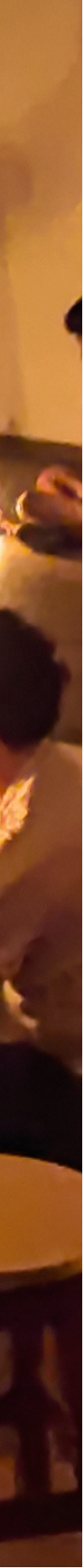
A ENB favorecia a formação continuada e incentivava seus professores a participarem de capacitações, seminários, cursos de curta duração, oficinas e espetáculos. Foi ali que a Celinha conheceu e tornou-se amiga de Noêmia Varela, Lúcia Valentim, Ana Mae Barbosa, Ilo Krugli, Olga Reverbel, Ingrid Koudela e outros expoentes de destaque no cenário nacional daquela época. A propósito, é importante frisar que estava em processo a composição pedagógica da atual Escola de Formação Continuada de Brasília / EAP, que tem sede justamente na extinta ENB, próxima ao Parque da Cidade.

À medida em que a Celinha acompanhava o ensino das artes ganhar corpo, passou a apoiar o movimento político que enfrentava a repressão do regime militar à causa social, sendo um marco importantíssimo desse período a greve de professores de 1979, a primeira do Brasil desde a imposição da ditadura militar, algo que favoreceu, inclusive, à criação do Sindicato dos Professores / SINPRO-DF.

Em meio às assembleias de greve e outros eventos que aconteciam na cidade, professoras e professores encontravam a oportunidade de debater assuntos pertinentes às subáreas de arte, sendo ali plantada a semente futura Associação de Arte/Educadores (ASAE-DF).

A ASAE-DF nasceu durante um congresso no Simpósio de Ensino de Arte, realizado pelo IDA, no auditório Dois Candangos da UnB, e a primeira diretoria dessa entidade contou com a Celinha no papel de secretária.

Alguns anos depois iniciou-se a discussão em torno da nova LDB e, em razão disso, deu-se uma mobilização acirrada em todo o país, a qual reuniu entidades e arte/educadores em prol da inclusão do ensino de artes no currículo da escola básica.



O interessante é que essa mobilização coincidiu com as Diretas Já (1984) e outros movimentos, inclusive com a criação da Federação de Arte/Educadores do Brasil / FAEB. A Celinha assumiu um papel imprescindível em várias atividades promovidas pela ASAE/DF, a exemplo de reuniões pedagógicas, manifestações de rua e atos artísticos. Seu espírito colaborativo era tão dadivoso que acolhia a todos, levava água e lanche para compartilhar com colegas, além de dar caronas em seu indefectível fusquinha.

*Diversas vezes a Celinha me levou para almoçar na casa dela, quase sempre ia lá acompanhado de outras colegas. Lembro de um seminário ocorrido na Teatro Nacional, em que saímos junto ao grupo Tá na Rua, dirigido pelo Amir Haddad, num happening que transcorreu pelas proximidades do Conjunto Nacional. Ela distribuiu picolés comprados de um vendedor de rua e, ao entregar para o ator que fazia na peça o papel de vampiro, este passou a simular a chupada de pescoço de uma pessoa, no que foi imitado por todos do ato artístico, levando o público a manifestar-se através de uma ruidosa gargalhada (Depoimento de Arão Paranaguá, 22 de setembro de 2023)..*

Esses fatos e lembranças aludem a um período salutar de combate à ditadura militar, como de fortalecimento popular que favoreceu a consolidação de eventos memoráveis na esfera da cultura, a exemplo do Festival Latino-Americano de Arte e Cultura / FLAAC (UnB, 1987) e outros.

Na perspectiva do movimento de professoras e professores de Educação Artística, tudo isso certamente favoreceu à criação da FAEB, em 1987. É que a Laís Aderne, que havia sido decisiva na criação da ANARTE e ASAE-DF era amicíssima da Celinha e, juntas, trouxeram para Brasília o grupo que então modelava o estatuto da entidade.

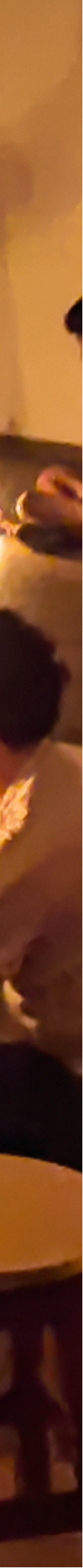
Faz-se mister lembrar que a primeira ata oficial da FAEB foi escrita pela então eleita Secretária da primeira diretoria, a Celinha, sendo este documento assinado primeiramente por ela, seguindo-se a assinatura dos demais presentes.

No ano seguinte (1988) deu-se o primeiro Congresso da FAEB, no colégio Ave Branca, em Taguatinga-DF. Para a culminância do I CONFAEB foi programado um protesto cênico na UnB, assistido por um numeroso público de educadores, intelectuais e artistas, conforme registra o seguinte fragmento:

*A Federação de Arte-Educadores do Brasil / FAEB foi criada (...) em decorrência de um movimento que estava sendo articulado em muitas regiões do Brasil. Na época já existiam associações de arte-educadores na maioria das capitais nordestinas, em Brasília, no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. O primeiro congresso da entidade foi realizado em outubro de 1988, em Taguatinga (DF), no mesmo período em que se realizava a V Conferência Brasileira de Educação / CBE, a poucos quilômetros dali, na UnB. A coincidência de data e local relacionou-se ao fato de que seria discutido, durante o V Congresso Brasileiro de Educação, o projeto de LDB que naquele momento tramitava na Câmara dos Deputados, cenário no qual um grupo de eméritos educadores colocava-se contra a obrigatoriedade do ensino de artes na LDB, fato que mereceu o repúdio dos participantes do I CONFAEB. O documento final do I CONFAEB foi lido na mesa redonda sobre ensino fundamental da V CBE, num clima performático: os arte-educadores entraram no anfiteatro interrompendo a conferência de Demerval Saviani e, um deles, em atitude de "arauto" leu o citado manifesto; depois disso, todos os atores retiraram-se, deixando a plateia dividida entre aplausos, risos e manifestações contrárias ao ato (SANTANA, 2000, p. 91).*

As lutas pela educação para todos, assim como pela arte e pela cultura enquanto direito cidadão, foi contemplado, finalmente, pela vigente Lei 9394, promulgada em 1996.





Ao receber a solicitação da professora Leda Guimarães para dar um depoimento sobre meu convívio afetivo, político e Arte pedagógico com a professora Célia Rosa no ensejo de uma merecida homenagem organizada pela diretoria da Faeb durante a realização do CONFAEB\2023, passo a relatar de memória, fatos testemunhados e convividos junto a essa fenomenal Arte Educadora e companheira na luta insistente em prol da inscrição e da consolidação do aprendizado de artes nos currículos escolares nacionais.

Destaco, de início, alguns pontos de sua trajetória docente, principalmente, nos contextos políticos em que nos conhecemos e juntos, lutamos a “boa luta”. Nesta simbiose entre os pontos citados, acredito que esteja a chave que vai permitir vislumbrar a estatura profissional, política e humana da referida professora.

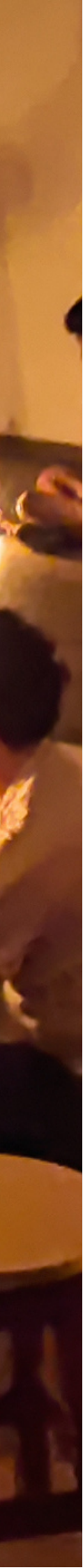
Nos conhecemos e nos aproximamos, política e afetivamente, durante a realização do 1º Simpósio de Ensino de Arte, no Instituto de Artes da UnB, organizado pela professora Laís Aderne na década de 70. Esse evento reuniu professores das mais variadas áreas artísticas do País, principalmente profissionais que atuavam em escolas do DF. Foi durante as discussões travadas nesse evento que, sob a liderança da Professora Laís Aderne, participamos conjuntamente da criação da Associação de Arte Educadores do DF (ASAE\_DF). Já nessa primeira diretoria, Celinha, pelo seu protagonismo agregador, foi indicada e eleita por unanimidade, para a diretoria da ASAE-DF no cargo de Secretaria.

Na década de 80, com a iminente decadência do regime autoritário implantado no Brasil em 1964, os movimentos políticos organizados pulsavam no Brasil e no Distrito Federal, reivindicando a volta da democracia.

Durante esses movimentos sempre encontrava nossa homenageada, participando principalmente em eventos artísticos e culturais, a exemplo do Festival Latino – Americano de Arte e Cultura (1987) e no processo de discussão e aprovação da criação da FAEB em 1987, que nos aproximou ainda mais.

No decorrer das próximas décadas, especificamente na década de 90, quando assumi a Diretoria da ASAE -DF, Celinha estava junto comigo no cargo de diretora, me acompanhando em seguida, durante os anos de 2003 a 2008, quando assumi a presidência da FAEB, em cargos de diretoria, sempre colaborando na gestão como também na organização política, na criação de novas Associações Estaduais e na organização anual dos Confaeb's, como podemos ver em suas próprias palavras:

*Depois que me aposentei eu ainda fui convidada para dar aulas no CRESÇA, com teatro e artes visuais, durante 3 ou 4 anos, depois disso eu ainda trabalhei com Alzira que tinha uma escola de recuperação de alunos que tinham dificuldade, ela me convidou porque era necessário conversar com os pais e as crianças e orientar os professores, porque não eram alunos comuns, eram alunos que tinham alguma frustração, porque não estavam bem na escola, e a gente precisava descobrir o que realmente estava acontecendo, fiquei cinco anos trabalhando com ela. Fundamos a Associação de Arte Educadores – ASAE aqui em Brasília, e dois anos depois fundamos a FAEB- Federação de Arte Educadores do Brasil, foi um trabalho muito interessante porque juntava professores do Brasil inteiro, havia todo ano um congresso, e a gente participava de todos eles, cada hora numa universidade, num estado diferente que se propunha a assumir a organização, e a gente se envolvia com isso, no meio de pessoas, sob a liderança de sempre fiel da Ana Mae Barbosa, a Mirian Salvador, tinha muita gente, do sul a Ivone Richter, então era sempre um aprendizado novo. A gente organizava, apresentava, discutia e brigava muito no Congresso, para que o ensino de arte não fosse retirado e fosse melhorado a formação de professores, e a lei que estava sempre capenga. Participei várias vezes da FAEB como vice diretora e como secretária, e na ASAE fui diretora durante seis anos. Sobrava pra mim, mas eu gostava. (depoimento dado a Darlan Rosa, 27 de setembro de 2023).*



Pensando nos alinhavos deste texto, não posso deixar de mencionar a Celinha artista, bordadeira que descobri em conversas sobre popular, artesanias, e prosas do gênero. Celinha faz parte de um coletivo de mulheres, professoras aposentadas no Distrito Federal, que se reúnem sistematicamente, há 18 anos, para bordar e compartilhar vidas, afetos, histórias e memórias, realizando performances em locais públicos e exposições. O Grupo performances ou atos públicos de bordado e realizam exposições das suas produções. O blog, que pode ser acessado no link <https://bordelandobsb.blogspot.com/> clicando aqui onde encontramos o registro das exposições, das ações, publicações, etc. Além desse coletivo, Celinha participa de exposições internacionais de bordado.

Finalizando, sabemos que haveria muito mais para falar, mas isso fica para os jovens pesquisadores pensarem o futuro desafiador. Ao olhar para trás e recordar na retina do pensamento as ações da Celinha, pode-se dizer que, com o passar do tempo, ela reafirmou seu protagonismo com doçura, consciência e resiliência. Isso porque possui muitas qualidades: sabe cultivar amizades, tem bom conhecimento das causas, um apurado senso de organização e, especialmente, uma sábia paciência na mediação de conflitos. A vida dela, por fim, como disse algum dia o Alberto Caeiro, tem o tamanho de seus sonhos!

## REFERÊNCIAS

SANTANA, Arão N. Paranaguá. Teatro e formação de professores. São Luís: Edufma. 2000.

# O que estou lendo?

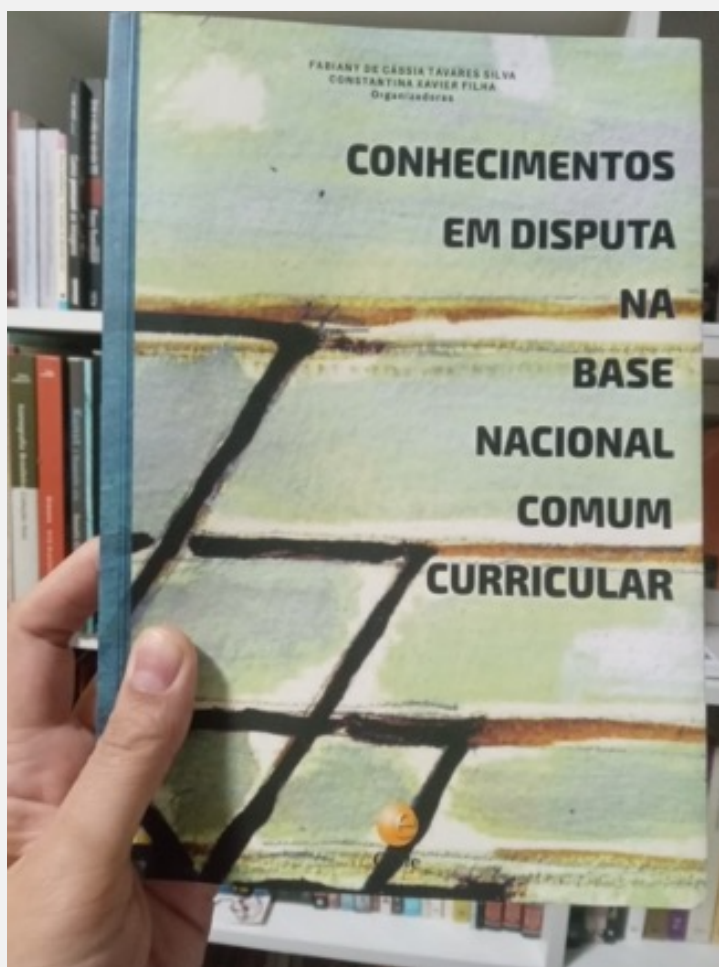
por Juliana Monteiro de Souza Dias



Licenciada em Artes Visuais pela UFJF, professora do Centro Educacional e Cultural Henriques Fernandes, na cidade do Rio de Janeiro. É mestranda em Educação pelo PPGE/UFJF e integrante do MIRADA – Grupo de Estudo e Pesquisa em Visualidades, Interculturalidade e Formação Docente.

# O que estou lendo?

por Juliana Monteiro de Souza Dias



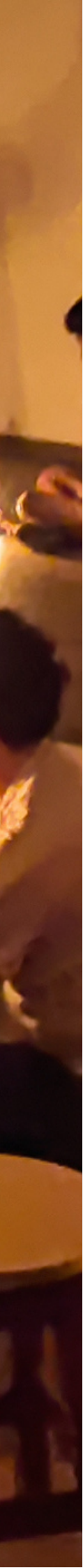
## **Conhecimentos em disputa na Base Nacional Comum Curricular**

Fabiany de Cássia Tavares, Constantina Xavier Filha  
(Orgs.)

O livro organizado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiany de Cássia Tavares Silva e pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Constantina Xavier Filha, ambas da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul é dividido em 3 partes: 1. Conhecimentos em disputa: Currículo, Políticas e Epistemologias; 2. Conhecimentos em disputa: Educação Básica e Linguagens; 3. Conhecimentos em disputa: Diferenças, Desigualdades, Diversidades e Formação Docente. No total são 18 artigos escritos em parceria por 33 autoras e autores.

Todo o livro é muito interessante e ajuda a compreender os impasses relacionados a BNCC em suas diversas fases. Entretanto, é na parte II que estão os dois textos que mais poderão interessar as/os associadas/os da FAEB: **Formação da sensibilidade na Educação Básica: Gênese e definição das seis dimensões da experiência estética na Base Nacional Comum Curricular Brasileira**, escrito por Marcos Villela Pereira e Luciana Gruppelli Loponte; e **Música e Educação Básica: sentidos em disputa**, escrito por Luciana Del-Bem e Marcus Vinicius Medeiros Pereira.

No primeiro artigo há o detalhamento de todo o processo da BNCC, desde como projeto na Constituição de 1988 até a última versão do texto homologado em 20 de dezembro de 2017. O texto prioriza principalmente a análise e os bastidores das duas primeiras versões, e aponta as disputas e as construções em relação tanto a caracterização da Arte enquanto componente curricular, os objetivos gerais e específicos, quanto as dimensões do conhecimento definidas pelo documento.



Segundo os autores a 3ª e última versão da BNCC, publicado após o golpe contra a presidente Dilma Roussef, sofreu modificações substanciais na sua concepção e organização em relação às versões anteriores, perdendo as conquistas conceituais e metodológicas construídas coletivamente por especialistas da área reunidos tanto na 1º quanto na 2º versão.

Já o artigo de Luciana Del-Bem e Marcus Vinicius M. Pereira centraliza a presença da música nos currículos escolares e no texto da BNCC. Tal como o artigo anterior, discute as alterações de texto e de posições conceituais nas três versões e reconhece que a versão final trouxe rupturas e retrocessos ao ensino da arte, com destaque para a área de música.

O livro é fundamental para nos ajudar a ter mais clareza sobre a complexidade que é pensar, criar e implementar currículos, ainda mais quando ele se propõe a ter alcance nacional, como é o caso da BNCC. E como o próprio título do livro aponta, conhecimentos estarão sempre em disputa.

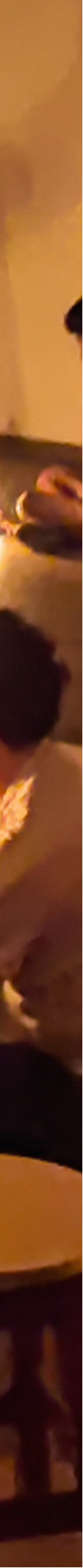
# Homenagem para Teca de Alencar

por Ligia Ferreira Gomes



Mestre e Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP. Foi integrante da Junta Diretiva do FLADEM (Fórum Latinoamericano de Educación Musical) e integrou o Comitê Permanente do Movimento Latino-Americano e Caribenho da Canção Infantil. Fundadora da "Teca Oficina de Música", publicou diversos livros e atuou nos cursos de licenciatura e pós-graduação em música da ECA/USP, sendo responsável pela formação de gerações de educadores e pesquisadores em música.

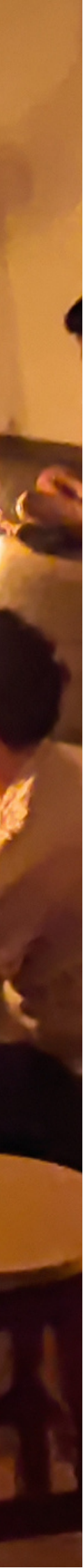




*“Com as crianças, importa garantir a possibilidade de exercitarem sua relação com o mundo. Através dos sons podem expressar seu modo de perceber, sentir, pensar. Podem vivenciar questões significativas, importantes em sua vida, já que a música é linguagem que torna sonora nossa própria forma, quem somos, como percebemos, como sentimos”. Teca Alencar (2010)*

Nossa homenagem à querida Teca Alencar[i], professora aposentada do Programa de Pós-graduação em Música da Escola de Comunicações e Artes/USP e atuante membro da FLADEM/Fórum Latinoamericano de Educação Musical e do Comitê Permanente do Movimento Latino-Americano e Caribenho da Canção Infantil se transforma em palavras, menos biográficas e mais afetivas pela mãe de Gabriel e Marina. Além de um convite para mergulhar em sua história por um vídeo.

[i] Mestre e Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP. Foi integrante da Junta Diretiva do FLADEM (Fórum Latinoamericano de Educación Musical) e integrou o Comitê Permanente do Movimento Latino-Americano e Caribenho da Canção Infantil. Fundadora da “Teca Oficina de Música”, publicou diversos livros e atuou nos cursos de licenciatura e pós-graduação em música da ECA/USP, sendo responsável pela formação de gerações de educadores e pesquisadores em música.



A Teca, com Mairah e Maucha, na Oficina de Música da Rua Capote Valente, era uma professora querida. Professora amiga, dessas que atravessa os tempos todos e faz parte de muitas famílias que vão se formando por afinidade. Teca conseguia, com uma leveza incrível, abrir espaços para presenças afetivas e curiosas, inclusivas; reunia a todos no mundo e no tempo presente; oportunizava a expressão criativa dos grandes e dos pequenos e as escutas recíprocas, cada vez mais raras nos tempos atuais. Era um jeito muito mágico de fazer educação.

A Oficina era mesmo um espaço de todos, de um fazer de todos e de cada um, de experimentar muito a sério a atividade de “brincar” com os sons e com os instrumentos. Era toda uma atmosfera acolhedora e diversa, que apresentava a música de todos os cantos do mundo, de longe e de bem pertinho, para as crianças. O Gabriel chegou à Oficina com uns três anos, a Marina chegou ao mundo depois de uma tarde musical na Oficina, com apresentação de chorinho, ... Teca dizia que ela veio de madrugada para chorar um pouquinho, também. Durante vários anos, a família esteve em tardes musicais, participou das aventuras de conhecer estúdio de gravação, de encontrar com artistas renomados e anônimos, de participar de apresentações ao vivo e de vídeos gravados na Oficina. Todos fomos incluídos na produção do *Quantas músicas tem a música?* ou *Algo estranho no museu* (2009).

As crianças cantando e eu recolhendo as versões ancestrais de cantigas infantis, com direito a menção no livro e tudo. Era um fazer musical que, nas palavras do Gabriel “só acontecia lá, mesmo. A música que eu fazia na Teca não era igual a que existia fora de lá” ... Fui encontrando gente que conhecia e reverenciava a Teca, entre os alunos de Música, entre os profissionais de Saúde, entre os artistas... Teca, era, principalmente, única, singular. Dessas pessoas que semeiam a arte por onde passam e que vão ganhando a eternidade em vida, como sabedoria imanente, para exercê-la através de tantos outros encontros que se criam nesse movimento amoroso. A Teca seguirá reverberando em ecos potentes, independentemente de sua existência física.

### **Livros publicados pela Editora Peirópolis (SP):**

Um Jogo Chamado Música: escuta, experiência, criação e educação. (2019).

Koellreutter educador (2018)

Hans-Joachim Koellreutter: ideias de mundo, de música, de educação (2015)

De roda em roda: brincando e cantando o Brasil. (2013)

Quantas músicas tem a música? ou Algo estranho no museu (2009)

Música na Educação Infantil (2003)

### **Documentário:**

A Escuta das Crianças. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=quBnFpXZnmQ>. Acesso em 10 set.2023

### **Álbuns:**

Canto do Povo Daqui

Nós que Fizemos

Música pra Todo Lado

Ondas e Passarinhada

Outros Voos.

# INFORMES





A partir de 1 de outubro de 2023, abrem as inscrições para o Edital da Revista da FUNDARTE Dossiê Artes, Comunidades e Educação, uma parceria do Núcleo de Pesquisa da FUNDARTE com a Profa. Dr<sup>a</sup>. Carmen Lúcia Capra (PPGED Uergs) e o Prof. Dr. Leonardo Marques Kussler (PPGED Uergs), com o intuito de reunir artes, educação e comunidades

A única forma de submissão de ARTIGOS, ENSAIOS, RELATOS DE EXPERIÊNCIA, TRADUÇÕES E ENTREVISTAS para publicação neste DOSSIÊ será através do sistema OJS. Para tanto, os autores deverão se cadastrar no sistema ([seer.fundarte.rs.gov.br](http://seer.fundarte.rs.gov.br)).

Em caso de dúvidas, poderão entrar em contato pelo e-mail: [julia@fundarte.rs.gov.br](mailto:julia@fundarte.rs.gov.br); [marcia@fundarte.rs.gov.br](mailto:marcia@fundarte.rs.gov.br) ou [revistadafundarte@fundarte.rs.gov.br](mailto:revistadafundarte@fundarte.rs.gov.br).

As submissões começam a partir do dia 01 de outubro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, e os textos serão publicados em agosto de 2024.

Acesse o Edital completo em:

<http://fundarte.rs.gov.br/publinovo/wp-content/uploads/2023/02/Edital-005.2023-Revista-da-FUNDARTE.pdf>

Informe enviado por Lúcia Carmen Capra.



## **“Ê Alumiô, toda terra e mar: Territórios da Arte na Educação Contemporânea.”**

Tendo seu título originário da canção “Engenho de Flores” do compositor maranhense Josias Sobrinho, ligado ao movimento chamado “Música Popular Maranhense” (MPM), o título e seu subtítulo nos convidam à reflexão sobre os lugares da Arte na educação contemporânea.

Assim, o XXXII CONFAEB se propõe ser um espaço de debates e diálogos em torno de práticas e processos de ensino e aprendizagem em Arte, com ênfase na atuação profissional, com discussões que enfocam desde a formação docente até o ensino em espaços formais e não-formais.

Não fique de fora desse grande evento que será sediado em São Luís/MA, no período de 11 a 15 de novembro.

Acompanhe as redes sociais

Instagram: @confaeb.ma

Facebook: Inserir um pouquinho de texto

Em caso de dúvidas, entre em contato: (98) 98404-7579 /  
confaeb.ma@gmail.com

Para realizar a inscrição e acompanhar a programação, acesse:  
<https://www.even3.com.br/confaeb2023/>

Com afeto e respeito.  
FAEB (2022/2023)



## ATENÇÃO

**Divulgação de edital do PPGARTES-UFPA Seleção de Bolsista de Pós-Doutorado.**

**Mais informações, acesse:**

**<https://www.ppgartes.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/noticias/todas/538-processo-de-selecao-de-bolsista-de-pos-doutorado-2023>**



**ENCONTRO** 19 | 10 | 2023

**“ARTE E EDUCAÇÃO:  
PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS”**

CENTRO CULTURAL UFRGS

SALA ARAUCÁRIA

**EVENTO GRATUITO**

14h  
MESA  
Criatividade Coletiva:  
arte e educação no século XXI  
Ana Mae Barbosa e  
Annelise Nani da Fonseca (online)

16h  
MESA  
25 anos de Pesquisas em Educação e Arte  
Pesquisador(a)es GEARTE

18h  
LANÇAMENTO LIVRO  
Diálogos entre educação e arte: GEARTE 25 anos  
[Editora Textos]

Inscrição: <https://forms.gle/od5TeZs7mUL5Go6o9>

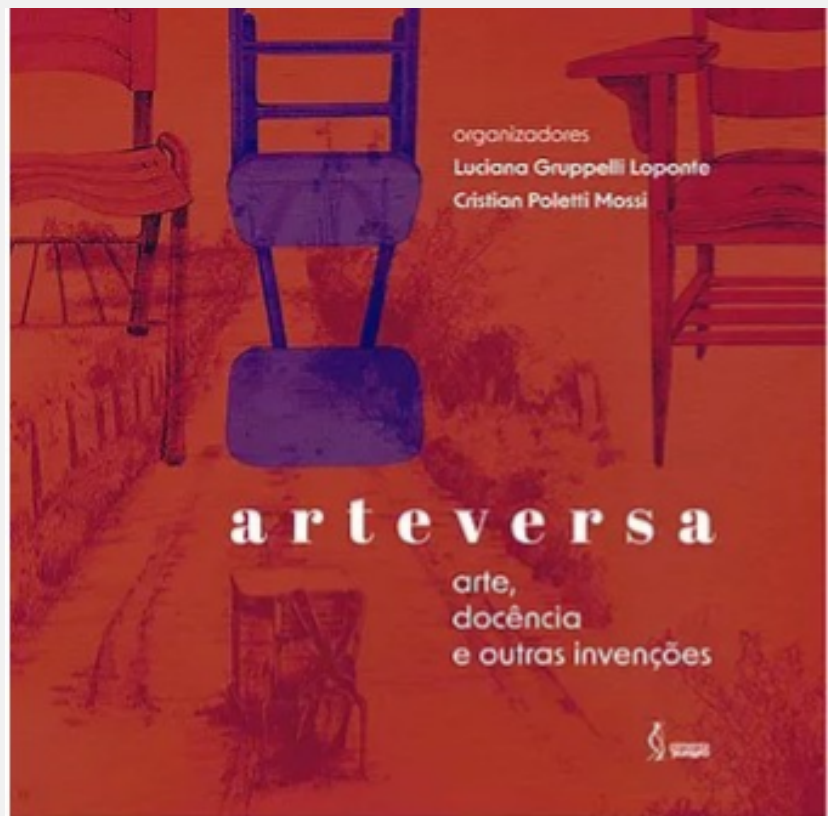


APOIO: UFRGS CAPES

O **Grupo de Pesquisa em Educação e Arte - GEARTE**, da UFRGS, promove no dia 19/10/2023 o Encontro **“Arte e Educação: pesquisas contemporâneas”** com o lançamento dos livros **“Diálogos entre educação e arte: GEARTE 25”** e **“Criatividade Coletiva: arte e educação no século XXI”**, de Ana Mae Barbosa e Annelise Nani da Fonseca (online). O evento será presencial com participação online de Ana Mae Barbosa e Annelise de Fonseca.

O livro que marca os 25 anos do GEARTE está disponível no formato **Ebook** pelo **link** <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/251928>





O **Grupo de Pesquisa ARTEVERSA**, da UFRGS lançou recentemente o livro “ARTEVERSA: arte, docência e outras invenções”, organizado por Luciana Gruppelli Loponte e Cristian Poletti Mossi, pela editora Pimenta Cultural. O livro reúne artigos traduzidos pela primeira vez em português de autores como Luís Camnitzer, Irit Rogoff e Glòria Jové, além de artigos produzidos pelos pesquisadores do grupo.

**ARTEVERSA: arte, docência e outras invenções** está dividido em quatro seções que apresentam traduções de materiais de estudo e escritos de pesquisadoras/es do ARTEVERSA – Grupo de Estudo e Pesquisa em Arte e Docência, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), marcando o caráter inventivo, não hierárquico e móvel com que têm apostado nas relações entre arte, sobretudo no que concerne às produções e processo artísticos contemporâneos e educação.

O livro no formato Ebook está disponível gratuitamente para download pelo link:  
<https://www.pimentacultural.com/livro/artevera-arte>

# FaEB

FEDERAÇÃO DE ARTE EDUCADORES DO BRASIL

